Nova Lei: PROTECT ACT

A Lei PROTECT foi sancionada em 5 de agosto de 2026. Ela fortalece a proteção dos residentes de Massachusetts, limitando a participação estadual e local na aplicação das leis federais de imigração civil e criando novas salvaguardas em escolas, creches, unidades de saúde, tribunais e outras instituições estaduais e locais.

	DATA DE VIGÊNCIA
INSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LOCAIS	*Diretrizes temporárias: 4 de set. de 2026 Diretrizes finais: 11 de fev. de 2027*
• Confere ao **governador a autoridade para limitar a aplicação das leis de imigração civil em áreas não públicas de instalações estaduais** . • Exige-se **orientação multilíngue** para agências estaduais sobre como interagir com as autoridades federais de imigração.	
ESPAÇOS COMUNITÁRIOS ESSENCIAIS	*3 de nov. de 2026*
Tribunais • Proíbe prisões de imigrantes civis **dentro de tribunais e em suas dependências, incluindo estacionamentos, sem mandado judicial** .	
Unidades de cuidados infantis • Proíbe prisões de imigrantes civis em creches licenciadas, lares de acolhimento familiar, programas de cuidados infantis e instalações de cuidados coletivos **sem mandado ou ordem judicial** . • Exige políticas e treinamento em todo o estado sobre interações com o ICE (Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA).	*1 de set. de 2026*
Escolas públicas e escolas charter • Proíbe prisões de imigrantes civis em instalações escolares **sem mandado judicial** . • Exige que o DESE desenvolva orientações, modelos de política (regras) e treinamento.	*1 de set. de 2026*
Assistência médica • Proíbe prisões de imigrantes civis sem mandado judicial em áreas não públicas de instalações de saúde e de cuidados coletivos abrangidas pela lei, incluindo certos	*4 de out. de 2026*

lares de idosos.
- Exige que as instalações abrangidas adotem políticas para responder à aplicação das leis de imigração civil.

TUTELA DE MENORES *5 de ago. de 2026*

Permite que pais e responsáveis legais se planejem com antecedência, providenciando que alguém cuide de seus filhos caso sejam detidos ou deportados.

LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ESTADUAL E LOCAL NA FISCALIZAÇÃO FEDERAL DA IMIGRAÇÃO *4 de set. de 2026*

A Lei PROTECT estabelece limites importantes à participação de estados e municípios na aplicação das leis federais de imigração civil:

- A polícia, os xerifes e os tribunais geralmente **não podem perguntar ou registrar o status imigratório** de uma pessoa , exceto em casos específicos de investigações criminais ou quando exigido por lei.
- Em geral, **os recursos** estaduais e locais **não podem ser usados** para a aplicação das leis federais de imigração civil.
- A polícia, os xerifes e os tribunais têm restrições quanto ao compartilhamento **de informações não públicas** com o ICE. Os pedidos do ICE geralmente devem ser feitos por escrito, identificar uma pessoa específica e ter sido recebidos nos últimos 30 dias.
- A polícia, os xerifes e os tribunais geralmente não podem parar, prender, revistar, investigar ou deter alguém para fins de fiscalização federal de imigração civil.
- As pessoas não podem ser detidas unicamente com base em uma **ordem de detenção do ICE** (um pedido do ICE para manter alguém sob custódia para fins de imigração).
- De modo geral, **proíbe novos acordos 287(g)** ou ampliados , que permitem que as autoridades policiais estaduais e locais desempenhem certas funções federais de fiscalização da imigração.
- Cidades e vilas podem adotar **proteções mais rigorosas** .

PROTEÇÃO PARA PESSOAS EM DETENÇÃO

- Exige que os centros de detenção estaduais e municipais forneçam **acesso gratuito, regular e razoável por vídeo para consultas jurídicas** . *3 de nov. de 2026*
- Reforça os requisitos de transporte ou acesso remoto para

processos judiciais.
- Exige que as instalações documentem a conformidade e notifiquem os advogados quando audiências ou consultas forem perdidas ou remarcadas devido à responsabilidade da instalação.

PROTEÇÕES ADICIONAIS

• Exige que os empregadores notifiquem os funcionários dentro de 48 horas após receberem a notificação de uma inspeção de elegibilidade para emprego (formulário I-9) realizada pelo ICE.	*5 de ago. de 2026*
• Fortalece e agiliza o processo de certificação para certos sobreviventes que solicitam vistos U e T, incluindo um prazo de resposta de 45 dias e 14 dias para solicitações de emergência.	*3 de nov. de 2026*
• Permite que juízes e comissários de fiança considerem uma **ordem final de deportação** ao determinar uma fiança.	*5 de ago. de 2026*
• Cria uma **Comissão de Imigração** para estudar questões relacionadas à imigração em Massachusetts.	*3 de nov. de 2026*
• Autoriza o **Auditor do Estado a auditar centros de detenção de imigrantes e determinados contratos de detenção** operados por xerifes ou entidades privadas.	*5 de ago. de 2026*
• Permite que certas ações judiciais envolvendo violações de direitos constitucionais dos EUA por funcionários federais sejam julgadas em um tribunal estadual de Massachusetts.	*5 de ago. de 2026*